



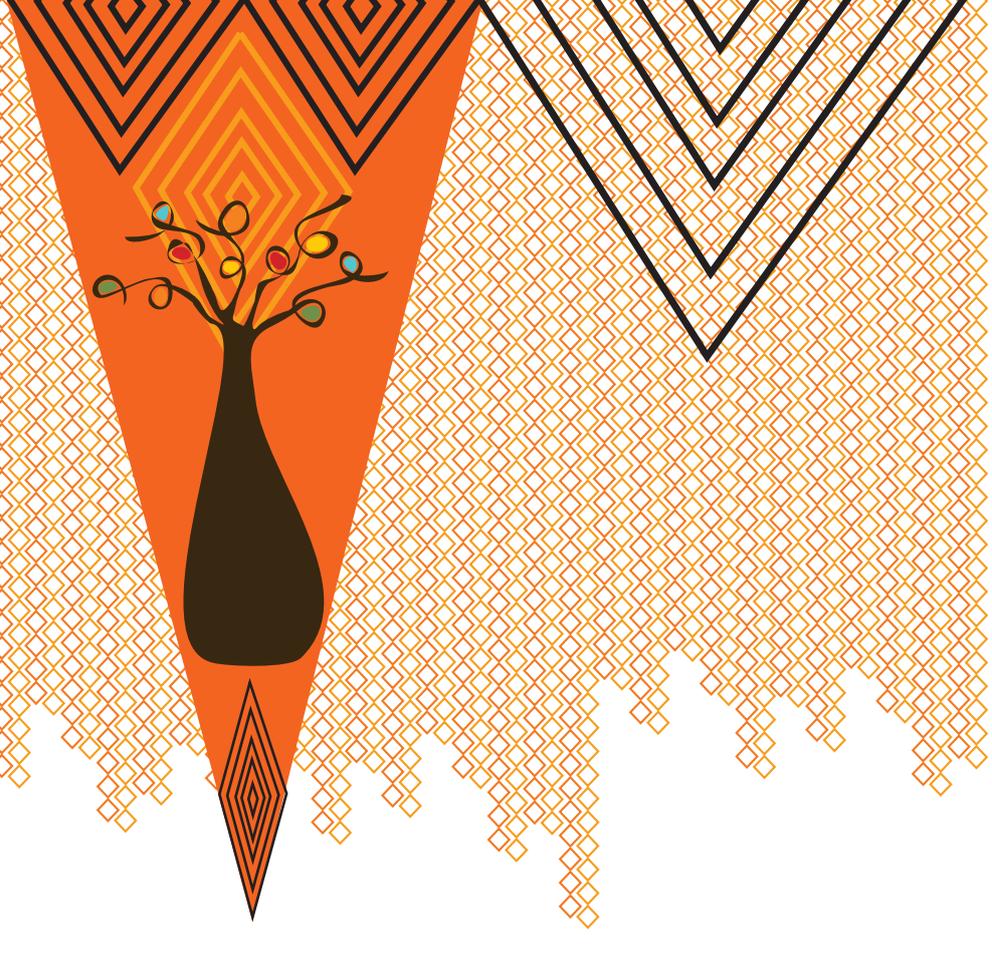
Foto: Joana Soares
Ilustração: Cassiana Paula Corimato

História e cultura africana por meio do Mancala Awelé: reflexões para uma prática pedagógica antirracista

Robson Gonçalves da Silva

Coordenador Pedagógico
CEU EMEF Pres. Campos Salles - DRE Ipiranga

RESUMO



O Jogo de tabuleiro Mancala Awelé pertence a uma família de jogos de tabuleiro, originários do continente africano. Após pesquisa de grandes pensadores africanos e não-africanos foi possível relacionar os aspectos do jogo com o modo de vida e organização de antigas sociedades africanas, além de encontrar diversos valores civilizatórios que compõem a cosmovisão africana presentes no jogo. Esse conjunto de saberes faz parte da história e cultura africana, que são conteúdos obrigatórios na educação básica, de acordo com as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Por meio deles é possível transformar o ensino dentro da escola, possibilitando um olhar para além da cultura hegemônica e valorizando a cultura africana e afro-brasileira. Com isso, conclui-se que o jogo de Mancala Awelé é uma importante ferramenta para ensinar, potencializar e desconstruir preconceitos acerca da história e cultura africana dentro das escolas, sendo de grande importância para combater o racismo e dar oportunidade de muitos estudantes construírem suas identidades de forma positiva.

Palavras chaves: Mancala Awelé; Lei 10.639/03; Cosmovisão africana.

Introdução

Desde 2003, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi alterada em seu artigo 26 com a promulgação da lei nº 10.639/03 e, posteriormente, pela lei nº 11.645/2008. As respectivas leis obrigam o ensino de história e cultura africana e afro brasileira e dos povos indígenas na educação básica. A LDBEN determina que o conteúdo programático:

[...]incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008).

Dentro das instituições de ensino, encontramos poucas práticas que cumpram as referidas leis ou que permeiem todo o currículo escolar. Nas poucas práticas que encontramos, boa parte delas acontecem em algumas datas específicas e muitas vezes abordam a história africana apenas sob a perspectiva da escravidão ou da imagem de miséria pós-colonização do continente africano, sem contemplar os conhecimentos africanos, a história pré-colonial, as cosmovisões ou até mesmo sem relacionar todos estes saberes da cultura africana ao Brasil (GOMES; JESUS, 2013).

A pesquisa “As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na es-

cola na perspectiva da Lei nº 10.369/03”, coordenada pela professora Nilma Lino Gomes, aponta que dentro de algumas escolas existem projetos significativos desenvolvidos por alguns profissionais sobre a temática étnico-racial e ao mesmo tempo existem profissionais que desconhecem a Lei nº 10.639/03 ou mantêm um conhecimento superficial dela entendendo-a como uma imposição do Estado ou “lei dos negros”. Outro aspecto encontrado foi que o conhecimento dos docentes sobre as relações étnico-raciais e sobre a História da África são superficiais e estereotipados, fornecendo aos estudantes pouco conhecimento sobre a África e sua inter-relação com as questões afro-brasileiras (GOMES; JESUS, 2013). Isso mostra que os saberes africanos pouco são abordados dentro da educação. Quando são abordados acontece de forma voluntária, individual por alguns profissionais da educação e algumas vezes de forma superficial sem um aprofundamento da filosofia, cultura e história que envolvem os povos africanos.

Considerando todas as problemáticas encontradas nas práticas pedagógicas ao abordar a história e cultura africana, na aplicabilidade das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, por conseguinte, na LDBN, na falta de pesquisas sobre a filosofia e cosmovisão africana dentro da educação, na possibilidade de utilização de um elemento que faz parte da cultura africana, que é o jogo Mancala Awelé. Trata-se de uma ferramenta pedagógica potente e carregada de aspectos filosóficos, históricos e da cosmovisão africana, este artigo tem a intenção de desvelar a possibilidade de

compartilhar a filosofia, história e cultura africana a partir de uma epistemologia pluriversal e afrocêntrica. Para Molefi Kete Asante, afrocentricidade é a conscientização e o entendimento da história, cultura, literatura, linguística e política a

partir de teóricos africanos ou afro-diaspóricos dispostos a agir em prol da liberdade humana e capazes de fazer isto de forma independente, de acordo com seus interesses (ASANTE, 2009).

A origem do jogo mancala

Mancala é uma família de jogos de tabuleiro de origem africana, “esse termo passou a ser usado pelos antropólogos para designar uma série de jogos disputados num tabuleiro com várias concavidades e com o mesmo princípio geral na distribuição das peças.” (BRANDÃO, 2006, p. 69). No Mancala essa distribuição simulam a semeadura e a colheita. Esse jogo é conhecido por diferentes nomes, de acordo com a região, e é jogado de diferentes formas entre os povos africanos e não-africanos. Utilizaremos o nome genérico, Mancala, a princípio, pois iremos abordar elementos comuns em todos os tipos de jogos desta família. Quando abordarmos o Awelé especificamente, que é um dos tipos de Mancala, utilizaremos o nome original, que foi dado pelos povos, atualmente habitantes das regiões da Costa do Marfim e Gana, que o jogam até os dias hoje.

A origem do jogo, segundo alguns estudos, aponta para mais de 7 mil anos. Há teorias de que os Mancalas surgiram primeiramente na “África Negra”¹:

A sua origem é milenar e desconhecida. É possível que tenham sido inventados há mais de dois mil anos, na península Arábica (Mancala deriva da palavra

árabe naqala que significa mover) ou que tenham nascido algures na África Negra, o continente onde estes jogos são mais populares e cuja diversidade de regras e tabuleiros é maior do que em qualquer outra região do globo (SANTOS; NETO; SILVA, 2008, p. 23).

Ao analisarmos os estudos de Brandão (2006) e de Santos et al (2008), identificamos algumas contradições entre eles, principalmente por Santos et al (2008) relacionar a palavra “Mancala”, de origem árabe, com a origem do jogo. Além de Brandão (2006) mostrar que esse nome passou a ser utilizado por antropólogos, não necessariamente sendo o nome original do jogo, demonstra que os princípios, conceitos e valores do jogo estão intrinsecamente ligados aos valores civilizatórios africanos. Agbinya (2004) faz uma dura crítica ao uso da palavra “mancala” para se referir aos jogos de tabuleiros africanos. Para ele é uma infelicidade essa confusão que os não-africanos fizeram, utilizando esse nome genérico para referir-se aos jogos que existem há séculos em diferentes grupos-étnicos africanos e com diversos nomes e regras. Ele nos traz que o nome “Mancala é na verdade uma corrupção da palavra Mankaleh que significa o jogo

1 Termo equivocado, que nos recusamos utilizar por julgarmos ser um termo racista e por concordarmos com os estudos de Diop (1974) que afirma que toda África, inclusive nas regiões mais ao Norte, era negra, ou seja, não existia uma África branca.

da inteligência. É difícil encontrar o uso desse nome por grupos étnicos africanos. Mankaleh é derivado de suaíli uma língua híbrida que tem uma grande influência árabe” (AGBINYA, 2004, p.17). A crítica de Agbinya nos remete ao que Hampâté Bá escreve sobre a tradição oral africana e da importância de ouvir os “tradicionalistas” africanos para conhecer a essência da história. De acordo com Hampâté Bá “Uma história que se quer essencialmente africana deverá necessariamente, portanto, apoiar-se no testemunho insubstituível de africanos qualificados. “Não se pode pentear uma pessoa quando ela está ausente”², diz o adágio” (HAMPÂTÉ BÁ, 2010, p. 175)

A suposta origem dos Mancalas, ou Mankaleh, ter sido no Egito/Kemit faz todo sentido quando lembramos de que no Vale do Nilo a prática da agricultura era o que movia a sociedade, além disso, uma descrição de Mokhtar (2010) sobre a experiência dos egípcios com as cheias do Nilo, parece remeter diretamente aos princípios dos jogos de Mancala:

Para compensar a escassez periódica, era necessário estocar cereais para alimentar a população e – mais importante ainda com vistas ao futuro garantir quantidade suficiente de sementes para a semeadura seguinte, quaisquer que fossem as circunstâncias. Esses estoques de reserva eram fornecidos pelo governo central, graças ao duplo celeiro real, que estocava cereais em armazéns distribuídos por todos os países. Limitando o consumo em períodos de abundância e estocando o máximo possível para se precaver contra cheias insuficientes ou excessivas, o governo central passou a controlar, por assim dizer, a ordem natural e veio a desempenhar um papel muito importante (MOKHTAR, 2010, p. XLVIII).

O modo de vida dos egípcios era determinado pelas cheias do Nilo. Isso refletia em todos os aspectos da vida social, econômica e cultural do povo. A forma de jogar os Mancalas parece reproduzir este estilo de vida, em que a semeadura precisa ser planejada, para que a colheita seja bem-sucedida e, em seguida, ser armazenada em depósitos, assim se garantiriam as próximas semeaduras e o sustento do povo. Esse estilo de vida coletivo/cooperativo faz parte dos valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, que, de acordo com Trindade (2013), também contém a ludicidade como elemento que se conecta a todos outros valores.

Pesquisadores encontraram fileiras de buracos em rochas de monumentos egípcios, inclusive no Templo de Kuma e na pirâmide de Queóps. Culin (1896) já dizia, há dois séculos atrás, que o Mancala “pode ser considerado, por assim dizer, como O Jogo Nacional Africano”. (CULIN, 1896, p. 601).

Em seus estudos e pesquisa, Culin (1896) mostra diversos nomes e imagens de diferentes tipos de Mancala existentes no continente africano, comprovando que, de fato, o Mancala é jogado por todos os povos africanos, de norte a sul e leste a oeste do continente. O professor Acácio Almeida por meio de suas pesquisas no continente africano teve contato com diferentes povos saberes, jogos e mitologias africanas. No prefácio do livro Mancala Awelé da coleção Jogos de Tabuleiro da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME/SP) ele escreve que “segundo o mito



fundador Massai, o jogo foi inventado por Sindillo, filho de Maitoumbe, o primeiro ser humano, e remonta os primórdios da criação” (SÃO PAULO, 2020, p.23).

Na África os Mancalas recebem diversos nomes: Awalé (Costa do Marfim), Awele, Aela, Chosolo, Kalak (LIMA; GNEKA; LEMOS. 2005); Mungala (Nubia, Gabattà (Abysínia/Etiópia), Aban-gha (Nova Guiné), Toee (Sudão do Sul), Madji (Benin), Poo (Libéria), Mbau (Angola), Kale (Gabão), Bau (Tanzânia), Isafuba (Zimbábue), Wari (Costa leste africana). Os estudos feitos por estes pesquisadores nos levam a acreditar que origem dos jogos “Mancala” é africana. O Awelé ou Awalé é, de fato, um jogo de tabuleiro africano jogado na região da Costa do Marfim e, de acordo com Agbinya (2004), o Awalé também é jogado por alguns povos do Senegal e Kenya (Masai) e o Awelé em Gana (Ga). Awelé é um dos estilos mais jogados dentro de África. Ele também faz parte de um grupo de jogos que têm regras internacionais definidas e campeonatos internacionais organizados pela Antigua and Barbuda Warri Academy, entre outras organizações. No Brasil o jogo foi trazido

pelos africanos escravizados que estiveram por aqui, dentre eles o povo Yorubá, que trouxe o AYO, o qual em nosso país é chamado de AIÚ.

Em África, existem mais 200 tipos de jogos de tabuleiros que simulam a semeadura e colheita. Não podemos considerar o Mancala como apenas mais um jogo de tabuleiro, pois dentro dele estão inseridas diversas culturas e cosmovisões de diferentes povos africanos. Segundo Acácio Almeida:

Por meio dos jogos da família Mancala é possível desenvolver a memória auditiva, a memória visual e corporal, a imaginação, as funções da linguagem, da gestualidade, o conhecimento do meio ambiente, a sensibilidade, a lógica, a afetividade, conhecer o patrimônio cultural, o ethos, a ética e a estética, as funções sociais, morais e educativas (SÃO PAULO, 2020, p.19).

Por isso, para jogar os jogos da família Mancala é preciso contextualizar os aspectos que permeiam suas dinâmicas, histórias e regras.

África, humanidade e civilização

De acordo com a paleontologia, “o homem é um mamífero, mais exatamente, um mamífero placentário. Pertence à ordem dos Primatas” (COPPENS, 2010, p. 448). No decorrer do texto, esse autor cita as diversas espécies de primatas e os diferentes gêneros que surgiram com o decorrer dos milhões de anos. Ele destaca que:

Qualquer que seja a relação de parentesco entre esses primatas, o interessante do período está em mostrar que, há 30 milhões de anos, havia no nordeste

da África uma grande variedade de pequenos primatas prenunciando todos os que existem hoje: Cercopithecidae, Pongidae, Hylobatidae e Hominidae. As linhas fundamentais estavam traçadas (COPPENS, 2010, p. 451).

A história da humanidade perpassa pela evolução do gênero *Homo*, que assim como todos outros primatas, teve sua origem no continente africano. Por conta disso, a África é considerada o berço da humanidade. Muito diferente do que vemos e ouvimos, África não é um lugar primitivo

onde há apenas pobreza, animais e deserto. As civilizações africanas são as mais antigas que existem e quase tudo que sabemos hoje é de origem africana. De África surgiu boa parte da medicina, arquitetura, culinária, cultura, entre outras coisas que conhecemos hoje. Imhotep, que viveu em África entre 2900 e 2280 a.C., foi considerado um Deus da medicina para os europeus. Abu Bakr (2010) escreve sobre a história da África e a representação de Imhotep na época, e até hoje, na enciclopédia História Geral da África.

A dinastia (II) foi fundada pelo rei Zoser, que, a julgar pelas evidências, era um soberano vigoroso e capaz. Entretanto sua fama foi consideravelmente obscurecida pela de seu celebre súdito Imhotep (I- em-htp), arquiteto, médico, sacerdote, mágico, escritor e autor de provérbios. Vinte e três séculos após sua morte, tornou-se ele o deus da medicina, em quem os gregos (que o chamavam de Imuthes) reconheciam Asclepio. Sua realização mais notável como arquiteto foi a “pirâmide de degraus” e o vasto complexo funerário construído para seu farão em Saqqara, numa área de 15 ha, na forma de um retângulo de 544 m por 277 m. A construção compreendia um muro circular, semelhante a uma fortaleza, e Imhotep introduziu notável inovação substituindo a pedra pelo tijolo (ABU BAKR, 2010, p. 46).

O continente africano se desenvolveu durante estes milhares anos, principalmente após a seca no Saara, forçando a migração de muitos povos até as margens do Rio Nilo, e foi dali, do Vale do Nilo, que os povos africanos se desenvolveram e se espalharam por todo o continente. Ao se espalharem, levaram com eles seus conhecimentos, costumes e crenças, para dentro e fora de África. A região do Vale do Nilo era chamada de Kemit, ou Kmt, pelos povos que lá viviam, que de acordo com os hieróglifos, significa “terra dos pretos”. Porém, depois da colonização, passamos a chamar essa terra de Egito.

Diop (1974), ao escrever sobre a origem negra dos povos egípcios, explica a origem de Moisés e dos escritos no Livro de Gênesis sobre a maldição de Cam (Kam), comprovando que mesmo os judeus, após migrarem do Egito, consideravam aquelas terras como a terra dos negros:

Na verdade, sabemos que os Egípcios chamavam seu país de Kemit, que significa “Preto” em sua língua. A interpretação segundo a qual Kemit designava o solo preto do Egito, preferencialmente ao homem preto e, por extensão, a raça preta do país dos Pretos, decorre mais de uma distorção gratuita por mentes conscientes do que uma interpretação exata desta palavra faria implicar. Por isso, é natural encontrar Kam em hebraico, significando calor, preto, queimado (DIOP, 1974, p. 7).

Em um simpósio realizado no Cairo, de 28 de janeiro a 3 de fevereiro de 1974, o francês Sauseron afirma que “em egípcio, km (feminino, kmt) significa “negro”; o masculino plural e kmu (Kemu), e o feminino plural, kmnt. A forma kmtyw pode significar apenas duas coisas: “os de Kmt” e “os habitantes de Kmt” (“o país negro”).” (MOKHTAR, 2010, p. 830).

Recentemente foi encontrado um fóssil na região do Reino Unido, que data cerca de 10.000 anos. Após análises laboratoriais, concluíram que a pele daquele homem, conhecido como “Homem de Cheddar”, era negra, não branca, e com olhos azuis. Em 2014, também foi encontrado, na Espanha, um fóssil de 7000 mil anos com a pele negra e olhos azuis. (DIAZ, 2018). Os estudos recentes corroboram com o que Diop (1974) dizia no século passado sobre a origem da civilização e sobre a cor dos povos que viviam no Egito antigo, desconstruindo a ideia de que os faraós e os povos egípcios não eram negros. O branqueamento de alguns povos africanos foi uma construção dos europeus que sabiam da importância e poder dos egípcios para

a humanidade, por isto quiseram identifica-los como caucasianos, já que as teorias racistas queriam comprovar que os negros eram primitivos e inferiores.

Em Kemit, ou Egito, foi onde surgiram as primeiras organizações humanas.

[...]é provável que o primeiro povoamento efetivo do vale do Nilo tenha ocorrido no início do Neolítico (por volta de -7000). Nessa época, os egípcios adotaram um modo de vida pastoril e agrícola. Enquanto aperfeiçoavam seus instrumentos e armas de pedra, inventaram – ou acolheram – a cerâmica, que viria a ser para nós de grande utilidade na reconstituição de um quadro completo das diferentes culturas egípcias durante o período neolítico (ABU BAKR, 2010, p. 37).

Se a África é o berço da humanidade, Kemit é o berço das sociedades humanas. Foi nesse local que os homens viveram por milhares de anos e desenvolveram, inclusive, o calendário que utilizamos até hoje, onde o ano tem 365 dias e é dividido em 4 estações. Os egípcios desenvolveram este calendário, inicialmente, para se precaverem às cheias do Nilo. Mockthar (2010) nos conta que:

Nesse calendário, a primeira estação do ano, Akhet em egípcio, marcava o começo da enchente. As águas do rio subiam pouco a pouco e cobriam a terra ressecada pelo verão tórrido. Os campos permaneciam encharcados durante quatro meses aproximadamente. Na estação seguinte, a terra, que pouco a pouco emergia da inundação, ficava pronta para a sementeira. Era a estação Peret – literalmente, “sair” –, termo que, sem dúvida, faz alusão a terra que “sai” da água e, ao mesmo tempo, a “saída”, ao despontar da vegetação. Terminada a sementeira, o camponês aguardava a germinação e a maturação dos grãos. Na terceira e última estação, os egípcios colhiam e estocavam a colheita disso, tinham apenas que esperar a nova enchente e preparar os campos para a sua chegada. Essa era a estação Shemu (MOCKTHAR, 2010, p. XL).

Nota-se que o Nilo e a agricultura eram a base para os egípcios construírem, criarem, se adaptarem e se organizarem enquanto civilização. A partir desta vivência que foram construindo alguns valores civilizatórios que até hoje fazem parte dos povos africanos.

Cosmovisão africana no Awelé

Sabemos que os povos africanos são diversos, cada qual com suas características, valores, artes, vestimentas, culinária, jogos etc. Porém, existem alguns valores e cosmovisões que parecem ser comuns entre a maioria dos povos, desde a Antiguidade. Em sua tese *A cosmologia africana dos bantu-kongo por Bunseki Fu-Kiau: tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil*, Santos (2019) traz a tradução do livro de Fu-Kiau (2001) *A Cosmologia africana dos Bantu-Kongo: princípios de vida e vivência*. No

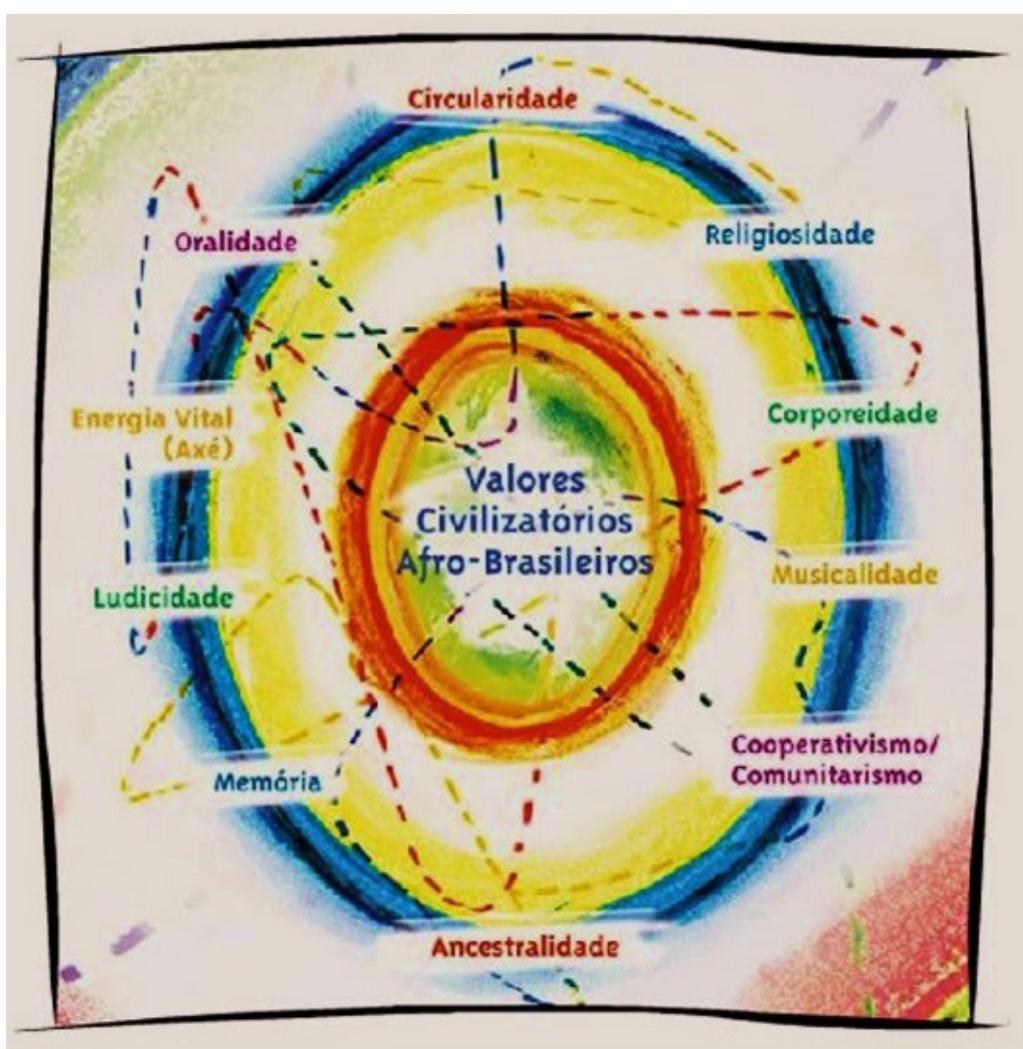
primeiro capítulo do livro, Fu-Kiau (2001) escreve sobre diversos elementos que compõem a cosmologia do povo kongo, desde a criação da Terra até os conceitos de vida e morte (*Kala-Źima-Kala*) dos *Múntu* (seres humanos). Fu-Kiau (2001) também nos traz como o povo Kongo vive em comunidade, a forma que se organizam, se relacionam e o que esperam dos seres humanos. Muitos desses valores e cosmovisões também parecem ser comuns entre os povos do continente africano que foram

forçadamente trazidos para o Brasil, ou seja, vieram para cá junto com os homens e mulheres que foram sequestrados de África e escravizados pelo mundo. Trindade (2013) nos apresenta alguns desses valores, que têm origem africana, porém referindo-se a eles como valores civilizatórios brasileiros. De acordo com autora,

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se

constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. (TRINDADE, 2013, p. 132).

Esses valores civilizatórios também são destacados por Brandão (2006) e consistem em: princípio da energia vital, circularidade, cooperativismo, oralidade, memória, musicalidade, corporeidade, ludicidade e religiosidade. Como se pode ver na figura 1, esses valores não estão isolados, eles se intercomunicam, se conectam uns aos outros, dando forma à organização dessa cosmovisão africana.



Fonte da imagem: Brandão (2006)

A circularidade é um desses valores que está presente no jogo de Awelé e, também, nos outros tipos de Mancalas. A movimentação das sementes se dá de forma circular, onde os jogadores movem as peças (sementes) de uma cova a outra, como se reproduzissem o processo de semeadura, podendo passar por todas as covas do jogo, desta forma ambos os jogadores compartilham as sementes durante as semeaduras e colhem-nas, quando for possível. Essa troca constante durante o jogo é o que mantém viva a energia vital, por meio do contato com as sementes pelos dois jogadores. Azoilda Trindade (2013) escreve que de acordo com a cosmovisão africana “tudo que é vivo e que existe, tem axé, tem energia vital: planta, água, pedra, gente, bicho, ar, tempo, tudo é sagrado e está em interação” (TRINDADE, 2013, p. 134).

O jogo, por si, já representa a ludicidade dentro da cosmovisão africana, mas, além disso, ele traz a memória, oralidade e ancestralidade também. Georges Gneka nos conta que aprendeu a jogar Awalé com os mais velhos aos pés do Baobá, que para o povo dele (Krou – Costa do Marfim) era chamada de Árvore da palavra, e as sementes do seu fruto eram utilizadas para jogar o Awalé. (LIMA; GNEKA; LEMOS, 2005). Agbiyan (2004) também relata que dentro da comunidade em que ele nasceu (Anyuwogbu - Nigéria), os anciãos tinham o costume de jogar o “Echi”, nome que eles dão ao Mancala por lá, embaixo do baobá, onde elaboravam diversas estratégias e realizavam operações matemáticas constantemente durante o jogo. Esses dois relatos indicam que o jogo, dentro das comunidades africanas, é ensinado oralmente dos mais velhos aos mais novos, rememorando os ensinamentos ancestrais. Além disso, a referência ao baobá nos mostra a importância que a árvore tem para os africanos, sendo considerada sagrada para muitos povos, como escreve Mário Lemos (2005):

Essa árvore é única que oferecia água armazenada dentro de si. Ninguém passava fome, tendo seus frutos e folhas como alimento. Desse modo, todos sobreviviam. Por isso, a partir desse tempo, essa árvore tornou-se sagrada para nós. Respeitamos um embondeiro tal como respeitamos as pessoas. Cuidamos dela porque ela cuida de nós. (LIMA; GNEKA; LEMOS. 2005, p. 32)

As comunidades tradicionais africanas costumam conviver em cooperativismo. Algumas sentenças em linguagem proverbial dos povos bantu-kongo ilustram essa cooperatividade: “Não são seus os bens da comunidade”, “Na comunidade todos ensinam e são ensinados”, “Comunidade para mim; eu, para comunidade”, “Dentro da comunidade não há fronteiras”, “Na comunidade, toda sorte de relação; mas não há rivais”. (SANTOS, 2019, p. 191 - 206). Essas frases, que remetem à sabedoria popular, entre muitas outras, assim como a cosmologia africana dos bantu-kongo, e de outros povos africanos, se revelam nos jogos de Mancala. Isso faz parte da filosofia africana. Assim como nas comunidades tradicionais africanas o cooperativismo está fortemente presente, no jogo de Mancala costumamos dizer que não temos um rival, um inimigo, pois nós estamos dividindo as mesmas terras e sementes, além de ser proibido deixar nosso parceiro de jogo faminto “[...] é, sobretudo, um jogo baseado na generosidade: para ganhar, um jogador tem que saber doar ao seu adversário” (LIMA; GNEKA; LEMOS, 2005).

Os jogos de semeadura representam o que as sociedades africanas são por meio da ludicidade, onde uma simples colheita exige planejamento, estratégia, conhecimento e inteligência. No jogo encontramos as características das relações sociais existentes entre os povos africanos, sendo que elas se dão predominantemente por meio de cooperação e trocas. Portanto, jogar Awelé, ou qualquer outro tipo de Mancala, nos permite vivenciar um pouco da cultura

e valores africanos. Com o jogo, poderemos vivenciar diversos elementos que fazem parte da cosmovisão africana e afro-brasileira, dando-nos a oportunidade de conhecermos outras formas de sociedade, cultura e cosmovisões, além dos saberes ex-

clusivamente ocidentais, que nos são transmitidos diariamente, desde a colonização. Conhecer esses outros saberes pode evitar a reprodução de estereótipos construídos pela cultura ocidental, que estigmatizam as culturas africanas e afro-brasileiras.

Porque levar o Awelé para a escola?

Diante o exposto anteriormente, notamos a diversidade de temas que podemos vivenciar na escola por meio do Awelé. Passamos pela origem da Terra, evolução humana, História da África, História do Brasil, valores civilizatórios africanos e afro-brasileiros, cultura e arte africana e afro-brasileira. Além de todo conteúdo elencado, ainda é possível utilizar o jogo como uma ferramenta para abordar a matemática. Existem diversos estudos sobre etnomatemática que propõem a eficácia do jogo no aprendizado da matemática pelos alunos. O jogo, além de contribuir para o raciocínio lógico, fomentar operações lógicas, testar hipóteses, exercitar a concentração e construir identidades, contribui com o conteúdo da matemática inferindo na “geometria; sequência; equação e inequação; sistema de numeração decimal; estratégia; valor posicional; localização e espacialidade” (SANTOS; FRANÇA, 2017, p. 97). Para Pereira *et al.* (2018),

No jogo Awelé, encontramos uma série de conceitos matemáticos que são sistematizados pela escola. Temos tal percepção, por exemplo, enquanto se joga. [...]. Com isso, de forma involuntária e espontânea, utilizam vários cálculos matemáticos que a própria dinâmica do jogo exige, como a contagem, estimativas, probabilidade, análise combinatória, concentra-

*ção e raciocínio lógico. [...]. Entretanto, podemos ainda, por meio de situações concretas do jogo, construir conhecimentos matemáticos que são sistematizados pela escola como, por exemplo, porcentagem, progressões aritméticas e geométricas, tratamento da informação e análise combinatória. (PEREIRA *et al.*, 2018, p. 7)*

O jogo demonstra, então, ser um importante instrumento para o desenvolvimento do raciocínio matemático. Agbinya (2004) relata que apenas na vida adulta que passou a perceber que os anciãos que jogavam em sua aldeia contavam na base 5, a cada jogada que faziam. Utilizavam essa, e outras operações matemáticas, estrategicamente, para obter vantagens no jogo.

Podemos ver, assim, que por meio dos jogos da família Mancala proporcionamos aos estudantes um saber descolonizado³, dando-lhes a oportunidade de conhecerem e se identificarem com outras culturas, além da que lhes foi imposta historicamente de forma hegemônica, que é a cultura

3 Descolonizar significa superar o colonialismo. Um saber descolonizado é um saber que vá além dos saberes impostos pelos colonizadores.



ocidental. Conhecer outras formas de ver o mundo, de se relacionar com as pessoas, partindo da perspectiva africana, pode despertar nos estudantes, um interesse e admiração maior pela estética negra, possibilitando uma aceitação maior de suas características físicas, ao invés de buscarem atender aos padrões estéticos impostos pela sociedade ocidentalizada.

O jogo tem um valor muito grande para o povo africano, pois ele representa o estilo de vida, a ancestralidade, o lúdico entre outros valores civilizatórios africanos. Gneka (2005), que é um marfinsense, afirma que:

Ao jogar, o que se está fazendo é repetir os ciclos da natureza: o cultivo do solo e as colheitas, que seguem o ritmo das estações. [...] O awelé baseia-se na redistribuição contínua das sementes. [...] Semear para colher é o princípio fundamental, que não varia. Esse é o segredo e a fonte, na prática fundamental africana, da troca (LIMA; GNEKA; LEMOS. p.54. 2005).

Por meio das regras e movimentos do jogo, podemos notar como ele se relaciona ao modo de vida dos povos africanos. Semear para colher, armazenar as sementes, não deixar seu parceiro sem sementes, não ter dono na terra, compartilhar as mesmas sementes, a organização circular etc. Por conta disso, não dizemos que somos adversários no jogo. Em sua tese, Santos (2018) traduz uma sentença proverbial do povo bantu-kongo, registrada por Fu-Kiau, que representa esta relação social: “**Mu kanda kikanda, bukanda, kinkwezi, kimwanambuta, kisikanda, kikundi, kinzayani. Ka mwena kimpala ko.** [...] Na comunidade, toda sorte de relação; mas não há rivais” (SANTOS, 2019, p. 202).

Apresentar a cosmovisão africana, utilizando o jogo Mancala, contribui para o aumento de repertórios das educadoras (es), estudantes e possibilita novas reflexões, a fim de uma educação antirracista. O racismo está inserido em todos ambientes e setores da sociedade brasileira, inclusive na escola, local este no qual as crianças reproduzem todas as violências, falas e preconceitos que elas escutam. Diante disso, o papel dos profissionais da educação se torna fundamental para reduzir e, quem sabe, extinguir de uma vez por todas, o racismo. Somente descolonizando o saber, desconstruindo estereótipos, fornecendo informações sobre a cultura, história, povos e arte africana, sob o olhar e epistemologia africana, que conseguiremos fazer com que as crianças passem a admirar e se identificar com outras culturas que não seja a hegemônica. Kiusam de Oliveira [2017] nos escreve que:

É hora de combater o racismo porque, na ponta de todo o processo educativo, há uma ou um estudante negro necessitando se empoderar, e um estudante branco precisando aprender a enfrentar a educação racista que recebe nos espaços sociais que frequenta. Mas como fazer isso? E eu respondo: Por três formas: a) aceitando que o racismo existe; b) descobrindo onde você o guarda; c) combatendo-o através de práticas pedagógicas que foquem o empoderamento da população escolar negra (OLIVEIRA, [2017], p. 20).

Mostrar um continente africano potente, rico, cheio de diversidade, conhecimento, sabedoria, inteligência e tecnologia fará com que as crianças passem a ter um olhar diferente para a cultura africana, ou olhar que não seja estereotipado e distorcido, como difundido pelas mídias e livros, é reproduzido por grande parte da população brasileira.

Conclusão

É possível concluir que o jogo de awelé pode ser uma ferramenta pedagógica muito importante para abordar a cultura, história e arte africana e afro-brasileira para as escolas, como regem as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Trabalhar com essas diferentes epistemologias, que não sejam as ocidentais, possibilita uma nova forma de perceber o mundo e de se perceber no mundo, oportunizando aos estudantes refletirem e entenderem questões relativas ao racismo no nosso país, que silenciam, marginalizam e apagam outras epistemologias que não sejam as hegemônicas e, com isso se identificarem e valorizarem os saberes africanos e afro-brasileiros.

Ressignificar e valorizar as culturas de matrizes africanas é essencial para diminuir a desigualdade entre as pessoas que formam a diversidade sociocultural brasileira. Os princípios do jogo trazem o cooperativismo, em que todos devem compar-

tilhar os espaços e as riquezas que lá estão de forma igual, sem que um fique sem ter nada e ambos possam ter o direito de colher e transitar pelo todo. Este olhar para o outro como alguém a quem devo compartilhar minhas terras e sementes reduz o sentimento de rivalidade, superioridade e discriminação entre os estudantes.

Com o jogo, é possível dar sentido a existência e valorização da cultura ancestral africana. A construção da identidade negra no Brasil é um processo de transformação que demanda reflexão e ação contínua. O Awelé não é apenas um jogo é uma pedagogia transformadora que permite conexão identitária e compreensão da valorização cultural. Georges Gneka diz que “Pelo awalé, o jogador conhece a alma africana ou a dos baobás, pois é com seus grãos que se joga. A diversão tem um pé na mitologia e outro no cotidiano da África.” (LIMA; GNEKA; LEMOS, 2005).

Referências Bibliográficas

- ABU BAKR, A. O Egito faraônico. In: MOKHTAR, G (org.). **História Geral da África Parte II: África Antiga**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010.
- AGBINYA, Johnson Ihkey. **Computer board of Africa**. África do Sul: University of the Western Cape, 2004.
- AGUESSY, Honorat. Visões e percepções tradicionais. In: SOW, Alpha et al. **Introdução à cultura africana**. Lisboa: Edições 70, 1980. p. 95-136.
- ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org). **Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.
- BRANDÃO, Ana Paula (org.). **Saberes e fazeres: modos de interagir**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006. (A cor da cultura).
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei no 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 mar. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-2784, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº i.2/2007**. Parecer quanto à abrangência das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_07.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

COPPENS Y. A hominização: problemas gerais: parte 1. In: KIZERBO, J (org.). **História da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

CULIN, Stuart. **Mancala: the national game of Africa**. Washington: Government Printing Office, 1896. Disponível em: <https://archive.org/details/mancalanationalg00culi/page/598>. Acesso em: 5 maio 2019.

DIAZ, Marcos G. Por que os humanos que migraram da África para a Europa ficaram brancos há milhares de anos. **BBC News Brasil**, 9 fev. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-43008445>. Acesso em: 10 maio 2019.

DIOP, Cheikh A. **The African origin of civilization: mity or reality**. New York: Lawrence Hill & Co., 1974.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013.

HALL, Stuart. O Ocidente e o resto. **Projeto História**, São Paulo, n. 56, p. 314-361, maio/ago. 2016.

HAMPÂTÉ BÁ, Amadou. **A tradição viva**. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África**. São Paulo: Ática/UNESCO, 2010. v. 1. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000190249>. Acesso em: 11 maio 2021.

LIMA, Heloisa Pires; GNEKA, Georges; LEMOS, Mário. **A semente que veio da África**. Brasília: MEC, 2005.

MOKHTAR, G. (org.). **História geral da África: parte II: África antiga**. 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010.

OLIVEIRA, Kiusam et al. **Resistir até o fim da discriminação racial**. São Paulo: Movimento Entusiasmo, [2017]. Disponível em: <https://viradaeducacao.me/assets/livretos/resistir-ate-o-fim-discriminacao-racial.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2019.

PEREIRA, Rinaldo P. et al. O jogo africano mancala e suas potencialidades para a educação de jovens e adultos (EJA). **Anais do Congresso Nacional Africanidades e Brasilidades**, Espírito Santo, n. 4, 2018.

SANTOS, Carlos Pereira dos; PEDRO Neto, João, SILVA; Jorge Nuno. **África: jogo Bao**. Lisboa: Público Visão, 2008.

SANTOS, Tiganá Santana Neves. **A cosmologia africana dos Bantu-Kongo por Bunseki Fu-Kiau:** tradução negra, reflexões e diálogos a partir do Brasil. Tese (Doutorado em Estudos da Tradução) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8160/tde-30042019-193540>. Acesso em: 19 maio 2019.

SANTOS, Eliana C.; FRANÇA, Maria C. S. Simbiose entre etnomatemática e a cultura africana: jogo mancala awelé em sala de aula. **Com a Palavra o Professor**, Bahia, v. 1, n. 1, jan. - abr. 2017.

TRINDADE, Azoilda L. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação infantil. In: TRINDADE, Azoilda L. (org.). **Africanidades brasileiras e educação:** Salto para o Futuro. Brasília: TV Escola, 2013.

ZUIN, Elenice de S. L.; SANT'ANA, Nádia A. S. Produzindo aproximações da cultura africana com a matemática escolar: a utilização do jogo mancala. **Pedagogia em Ação**, v. 7, n. 1, dez. 2015. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/11012/8805>. Acesso em: 16 maio 2019.

